



XIV SEUR – III Colóquio Cidade e Cidadania

Comércio Informal: Um estudo de caso da informalidade de ambulantes no centro da cidade de Pelotas-RS

Marceli Teixeira dos Santos, Universidade Federal de Pelotas, marceli_santos3@yahoo.com.br

Adriel Costa da Silva, Universidade Federal de Pelotas, adrielfcosta09@gmail.com

Orientador – Dione Dutra Lihtnov, Universidade Federal de Pelotas, dione.lihtnov@hotmail.com

Resumo

O desenvolvimento do comércio informal em Pelotas é motivo de inúmeras discussões travadas com o comércio formal, ocasionando conflitos e transformações no espaço urbano, bem como as diferentes manifestações e dinâmicas territoriais. No entanto, não existe uma padronização para o comércio informal, visto depender da especificidade de cada análise espacial que irá descrever essa forma de organização do trabalho e do comércio. Diante dessa questão, essa pesquisa comenta as relações sociais e econômicas dos vendedores ambulantes informais dispostos no calçadão de Pelotas/RS.

Resumen

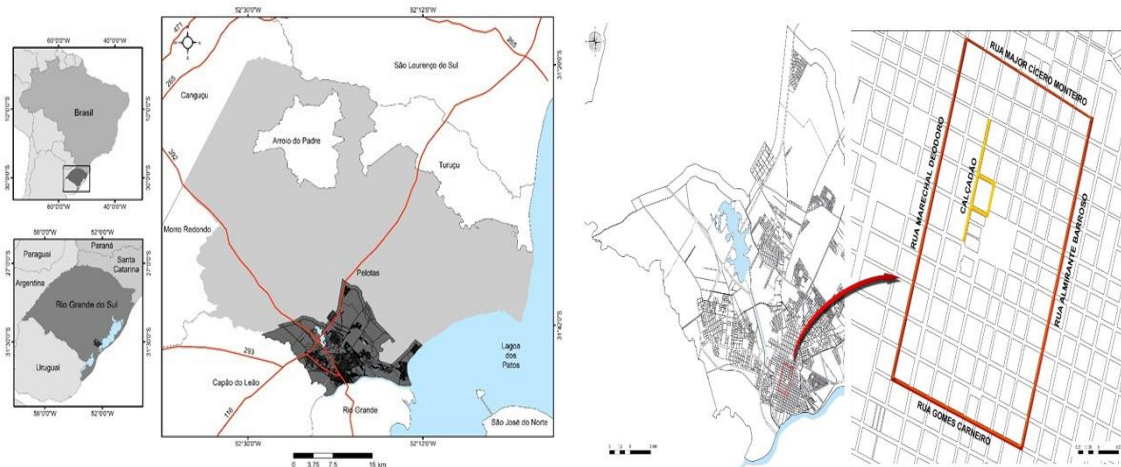
El desarrollo del comercio informal en Pelotas es motivo de innumerables discusiones frenadas con el comercio formal, ocasionando conflictos y transformaciones en el espacio urbano, así como las diferentes manifestaciones y dinámicas territoriales. Sin embargo, no existe una estandarización para el comercio informal, ya que depende de la especificidad de cada análisis espacial que describirá esa forma de organización del trabajo y del comercio. Ante esta cuestión, esta investigación comenta las relaciones sociales y económicas de los vendedores ambulantes informales dispuestos en el paseo de Pelotas / RS.

Introdução

A base econômica da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, é pautada nas formas de comércio que são estabelecidas majoritariamente em seu centro urbano. As organizações do comércio informal, e mais precisamente, dos vendedores ambulantes informais do Calçadão de Pelotas, são historicamente motivo de discussões e conflitos territoriais. O comércio

informal aqui mencionado está localizado, em sua essência, nas ruas Andrade Neves, Sete de Setembro, XV de Novembro e Marechal Floriano (ver na figura 1), formando um dos principais quadriláteros do comércio informal na Princesa do Sul.

Figura 1: Localização do Município de Pelotas e do Centro comercial



OLIVEIRA, Allan. 2017

LIHTNOV. Dione. 2018

Os processos de segregação do comércio popular na cidade de Pelotas são marcados pelas diversas alterações de localidades de instalação dessas formas de comércio. O camelódromo, por exemplo, já sofreu diversas modificações em suas instalações territoriais, tendo como base primordial aqui analisada a ocupação do Largo do Mercado Público, sendo transferido posteriormente para a região que hoje abriga o chamado POP Center, culminando em um processo de regularização e formalização do trabalho comercial, modificando o significado dessa forma de mercado e também a paisagem em ambos os novos lugares (des)ocupados.

Processo similar se passa com os comerciantes irregulares do Calçadão de Pelotas, a migração do espaço público urbano (em situação informal) para o POP Center (em situação formal) culminou nos processos regulação capitalista e também modificação da paisagem do quadrilátero de comércio informal no centro de Pelotas. Porém, há também o fluxo reverso de comerciantes e produtos ao ser evidenciado a “não consolidação da atividade” no novo centro de acomodação (Pop Center), o que atenua ainda mais os índices de profissionais irregulares que estão, ou voltaram, à atividade no comércio informal do Calçadão de Pelotas.

Em relação à estruturação dessa economia informal, CLEPS (2009) menciona:



Em função da mundialização da economia e, principalmente pelas crises econômicas mundiais por ela geradas, pelo aumento no desemprego estrutural e conjuntural, surgem novas modalidades comerciais. Algumas, inclusive, são tão antigas quanto à própria história do comércio. Entre elas destacamos o comércio informal que, de modo geral, é uma reação aos limites da urbanização, da mundialização econômica e das novas formas de se produzir. No entanto, esta modalidade comercial também pode ser concebida como uma alternativa na criação de novas possibilidades de inserção social. (...)

(...) O crescimento do chamado setor informal, alimentado, sobretudo, pelo aumento do número de trabalhadores que não se enquadram na atual lógica capitalista, não pode mais ser entendido como resultante de um período de crise a ser superado pela retomada do crescimento econômico. Por sua dimensão e caráter estrutural, o crescimento dessas atividades já não pode ser explicado como fenômenos meramente conjunturais, cujos movimentos compensariam as variações do chamado setor formal.

O comércio informal é característico por indivíduos que buscam uma renda principal ou complementar, e assim, se inserem neste tipo de mercado visando adquirir um sustento concreto em razão da “não possibilidade de inserção em um mercado formal” ou pela intenção de autonomia expressada pela crescente do setor terciário. O perfil desses comerciantes do Calçadão de Pelotas engloba jovens, adultos e crianças, de diversas etnias, sendo em sua maioria, moradores da cidade de Pelotas, naturais daqui ou advindos de outras regiões (cidades, Estados ou países) pelos mais diversos motivos e, essa forma de trabalho está pautada na comercialização bastante diversa de mercadorias: produtos artesanais, pirateados, importados legais e ilegais, etc.

Há de se pensar, analisando esse contexto, que os subgrupos aqui mencionados são divididos em comerciantes de produtos artesanais, que normalmente não sofrem nenhuma intervenção do poder público e, os comerciantes de produtos importados, contrabandeados ou não, que são os principais alvos de abordagem desse agente. Por tanto, quando mencionado nesse trabalho “subgrupo 1” estamos nos referindo aos ambulantes sem licenciamento de local de trabalho, não regulamentados de forma trabalhista, mas que possuem legalização de suas mercadorias (indígenas, hippies e ambulantes com mercadorias liberadas) e, “subgrupo 2” os comerciantes que, além da não regulamentação de trabalho e local de atuação, também não possuem registro legal de suas mercadorias.

Assim sendo, percebe-se a materialização da territorialização espacial desses comerciantes sob o quadrilátero do comércio informal no centro de Pelotas, onde, além de a



delimitação do espaço devido à transformação desses comerciantes em agentes fixos e da consolidação dessas relações de poder (com o comércio formal, com os indivíduos transeuntes, entre os próprios comerciantes informais e com o poder público), podemos perceber esses comerciantes como agentes modeladores do espaço. Espaço reconfigurado esse que consiste no local de atuação desses comerciantes, os locais de moradia dos mesmos, os locais de armazenamento de suas mercadorias (em caso bastante específico, como os comerciantes do *subgrupo 2*, que possuem depósitos desses produtos no/próximo ao Centro) e também os locais de circulação desses indivíduos que muitas vezes têm a paisagem alterada pelo atividade do comércio informal.

Metodologia

A metodologia da pesquisa baseou-se em leituras sobre geografia urbana e comercial, relatos de análises empíricas com o objeto e, busca de registros dos meios de comunicações da cidade para a análise do discurso dos envolvidos nos conflitos com o objeto de estudo (os ambulantes do Calçadão de Pelotas/RS).

Desenvolvimento

Diante da perspectiva de análise da espacialização e territorialização dessa forma de comércio popular, vale ressaltar esses conflitos com os comerciantes formais (devido às ausências de regularização na forma de atuação) onde essa manifestação comercial se instala, quase que unanimemente próxima aos grandes centros comerciais, e em Pelotas, não diferente disso, está localizada no coração do centro urbano, devido ao alto fluxo de pessoas e as maiores possibilidades de abrangência dessa forma de comercialização. Esse grande movimento de pessoas acontece devido à presença de pontos fixos (comércio formal de produtos e serviços) característico dessa área, o que, de fato, influencia na rotatividade durante o período diurno nas ruas mencionadas (quadrilátero do calçadão) favorecendo o comércio informal.

Essa problemática pode ser associada ao conceito de fixos e fluxos como menciona SANTOS (2006, p.38):

Os elementos fixos, fixados em um lugar, permitem ações que modifiquem o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou imediato das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, se modificam.



Entretanto, dentro dessas dinâmicas sociais e econômicas, existem alguns fatores que podem limitar ou possibilitar as relações, como por exemplo, as questões climáticas, o comércio formal, as denúncias, os baixos valores das mercadorias e diminuição da margem de lucro e, o acesso/abordagem aos consumidores.

Em relação às questões climáticas, em dias chuvosos é impossibilitado o comércio de determinados produtos (principalmente eletrônicos, similares e produtos artesanais confeccionados por indígenas e grupos hippie – brincos, pulseiras, colares, etc.) nesse perímetro urbano, o que também pode facilitar a venda de outras mercadorias que sejam adequadas a essas condições temporais, como por exemplo, os guarda-chuvas em dias de precipitação. Sendo assim, percebe-se a necessidade de flexibilização do trabalho e das mercadorias a fim de se manter atrativo e de acordo com a necessidade dos consumidores essa forma de comercialização informal, o que é facilmente percebido por aqueles que passam por essa região e observam as mudanças na compra e venda de produtos de acordo com a condição climática.

Em um segundo momento, há de se pensar o conflito direto com o comércio formal e a caracterização de disputas (por espaço e clientela) com os estabelecimentos já instalados nessa região. Esse conflito se evidencia mais fortemente na região da Rua Andrade Neves, onde se tem a comercialização informal de produtos não artesanais (relógios, óculos, eletrônicos, cds, dvds...) que vem a competir diretamente com o comércio formal estabelecido nessa região. Desse conflito, muitas vezes, surgem as denúncias e manifestações contrárias ao comércio informal, o que, junto do fator climático, torna-se um significativo obstáculo para o desenvolvimento desse trabalho.

Em relação a esse ponto há de se pensar também a atuação do poder público em relação ao comércio informal. Nesse trabalho não temos como objetivo defender (ou culpar) a atuação dos comerciantes ambulantes informais, mas sim fazer uma breve reflexão de quais as motivações e condições do aumento significativo dessa forma econômica em Pelotas. Tendo como base algumas manifestações acontecidas recentemente, devemos pensar, junto desse contexto social e econômico, as abordagens feitas constantemente aos ambulantes do *subgrupo 2*, mais precisamente aos senegaleses. Em notícia vinculada a diversas formas de jornalismo (sites, vídeos, imagens, televisão) e também no site da Câmara Municipal de Pelotas, encontramos relatos de como vem se tentando coibir a atuação desses comerciantes informais, principalmente os advindos de outros países. O que nos fica de questionamento em



relação a isso é: como está sendo gerenciada a coibição do comércio informal de mercadorias contrabandeadas, de forma geral? Essas abordagens, um tanto intimidadoras, são voltadas a algum subgrupo específico de comerciantes ambulantes do Calçadão de Pelotas? Se não, quais as alternativas propostas pelo Poder Público para intervenção e legalização dessas formas de comércio?

Conclusões

Em um primeiro momento, há de se pensar a modelação da paisagem urbana que constantemente é alterada pela manifestação dos aumentos e diminuições de comerciantes nessa área de pesquisa aqui mencionada. Essa alteração sazonal é bastante evidenciada por diversos fatores que nesse trabalho foram mencionados: atuação do poder público em detrimento de fiscalizações, fluxo baixo ou alto de pessoas, condições climáticas e temporais, hierarquias entre as organizações desse trabalho e também os conflitos que são estabelecidos direta ou indiretamente entre os próprios ambulantes informais ou com o mercado formal.

Em seguida, a lógica do comércio informal está disposta, em sua maioria, de forma contrária ao comércio formal. O primeiro tem como prioridade, manter-se a renda familiar necessária para vivência básica, com poucos luxos e margem de lucro não tão significativa, enquanto o segundo (comércio formal), tem como base de sua instalação e administração o acúmulo de capital e significativa margem de lucro. Poderíamos dizer, então, que o comércio informal baseia-se na venda para subsistência, enquanto o comércio formal está consolidado sob a ótica de se manter a hegemonia do capital e do capitalista.

Em uma terceira abordagem, percebe-se como a reestruturação dos bairros e a consolidação do urbanismo de auto segregação influenciam para a marginalização do centro histórico e ocupação de camadas mais baixas nessa região, o que diretamente facilita a perpetuação do comércio informal em locais antes destinados ao comércio formal ou ao “não comércio” (no caso de vias públicas). Ainda podemos analisar a migração desse comércio formal de alto padrão para bairros afastados desse centro, culminando também para o processo de remodelagem do espaço urbano. Os investimentos do poder público, bem como os investimentos particulares de empreendedores e comerciantes, são destinados a outras áreas da cidade e não mais para os locais de atuação desse comércio informal.

Por fim, há de se analisar o caso de Pelotas, onde percebe-se que a atuação do poder Municipal em busca de uma remodelagem do espaço urbano (por meados de 2009) com a



criação do Shopping Popular não foi o suficiente para que se mantivesse o comércio informal afastado do centro. Junto aos processos de crise financeira mundial, de crescimento de empreendimentos de auto padrão em outras regiões da cidade (e a criação de novas centralidades), de desemprego estrutural e conjuntural na cidade de Pelotas e, o aumento da mecanização da força de produção, os índices de trabalhadores ambulantes informais no Calçadão praticamente triplicaram em um período de pouco mais de 2 (dois) anos (2016-2018), o que comprova que nem sempre a intervenção do Poder Público é a alternativa mais viável ou mais eficiente para a regulamentação do trabalho e minimização do trabalho informal dos grupos aqui mencionados.

Referencias

BALSAN, Rosane; UEDA, Vanda. **O comércio informal de Pelotas: Características e contradições no Centro Histórico da cidade**. Boletim Gaúcho de Geografia. Portal de Periódicos da UFRGS. Março 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Senegaleses**. Disponível em: <http://www.camarapel.rs.gov.br/imprensa/senegaleses/>

CLEPS, GeisaDaiseGumiero. **Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG)**. Universidade Federal de Uberlândia (MG). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132009000300008

Vídeo

Abordagem acaba em confusão em Pelotas. G1 Notícias RS. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/abordagem-acaba-em-confusao-em-pelotas/4664783/>